

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

Deiliane Santos Lima¹

Martha Holanda da Silva²

Kyldes Batista Vicente³

RESUMO

Este estudo discorre sobre as modalidades de Estágio Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório na formação e atuação do Pedagogo. A modalidade de Estágio Obrigatório é componente curricular do curso de Pedagogia, por isso, sua obrigatoriedade, enquanto o Não Obrigatório é correlato ao curso, sendo opcional ao acadêmico. Buscou-se como objetivo central, investigar quais as contribuições das modalidades de estágio para formação e atuação docente. Com metodologia de natureza qualitativa, realizou-se entrevista com seis acadêmicas do curso de Pedagogia que possuem experiência nas duas modalidades de estágio. Como resultado, as entrevistadas demonstraram significativa experiência e compreensão sobre o Estágio Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório, apontando que o exercício das modalidades de estágio contribui para a reflexão sobre teoria e prática no enfrentamento dos desafios da carreira docente. Conclui-se que tanto a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório quanto o Não Obrigatório tem grandes contribuições para formação e atuação docente, tornando-se um diferenciador no desenvolvimento de habilidade e competências necessárias para o exercício da docência, porém, foi percebido uma preferência pela etapa de Estágio Não Obrigatório, visto que o contato com o ambiente escolar no geral é mais duradoura pelo critério do tempo destinado a sua realização e por se tratar de uma escolha pessoal.

Palavras-chave: Estágio. Formação. Teoria. Prática. Docência.

INTRODUÇÃO

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Unilasalle Lucas, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão II, sob a orientação do Prof. Me. Martha Holanda da Silva. E-mail: 22909557@unilasallelucas.edu.br

² Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Cuiabana de Educação e Letras. Especialista em Administração e Planejamento para Docentes (Ulbra). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) na área de concentração Educação e Comunicação. Atualmente é docente no curso de Licenciatura em Pedagogia no Unilasalle de Lucas do Rio Verde, e coordena as atividades de pós-graduação. E-mail: martha.silva@unilasallelucas.edu.br

³ Graduada em Letras (UFG), Mestre em Letras e Linguística (UFG) e Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Realizou estudos de pós-doutoramento em Letras e Linguística (UFG) e atualmente é professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e do Centro Universitário ITOP - Unitop; é editora da Revista Humanidades & Inovação (Unitins), da Revista Extensão (Unitins) e da Revista Multidebates (Unitop). E-mail: kyldes.bv@unitins.br

O Estágio Supervisionado Obrigatório é um componente curricular dos cursos de licenciatura, conforme estabelecido na Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015. A legislação específica do curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, estabelece dentre outras coisas, as especificidades do Estágio Obrigatório tais como carga horária total exigida e campos nos quais os acadêmicos devem desenvolver suas práticas e experiências.

Neste contexto, a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, que trata sobre o estágio de estudantes, define no Art. 1° o estágio como sendo “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”. Ainda conforme o Art 2°, “o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso”. Com intuito de diferenciá-los, os incisos do citado artigo explicam que:

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008).

Entende-se, que ambas as modalidades são sempre “supervisionadas”, mas, o Obrigatório é sempre “curricular” pois está interligado aos demais componentes curriculares do curso, e o Não Obrigatório é extracurricular, apesar de ser uma atividade que acontece de modo correlata ao curso. Assim, o Obrigatório é Supervisionado, porém, especificamente e na maioria dos casos por um professor designado para as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório, enquanto o Não Obrigatório terá a supervisão da instituição na qual o estudante opera. Ambas as modalidades proporcionam ao acadêmico a proximidade da teoria, estudada em sala de aula, com a prática vivenciada no campo de estágio, torna-se, portanto, momento propício a reflexão.

É importante salientar que cada Instituição de ensino é responsável pela estrutura do Estágio Obrigatório, de modo que possui autonomia para organizar da melhor forma, visando favorecer o perfil de egressos que se pretende formar. Em se tratando do Estágio Não Obrigatório, a estrutura é também organizada pela instituição que recebe o estagiário, porém, de acordo com as necessidades da mesma. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/1996 (LDB) em seu Art. 58, § 1º diz que, “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Deste modo, faz parte desse “apoio especializado” alguém competente para auxiliar e acompanhar de forma mais específica os processos educacionais da criança e dá suporte ao professor regente, e é nesta situação que entra o estagiário no Ensino Fundamental anos iniciais.

Durante o Estágio Obrigatório o acadêmico deverá segundo a lei, ser submetido a atividades de campo em diferentes níveis e modalidades de ensino tais como: Educação Infantil (creches ou pré escola); Ensino Fundamental I (anos iniciais); Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA) e até mesmo em Gestão Escolar, enquanto no Estágio Não Obrigatório dependerá da necessidade de cada instituição de ensino.

Desta forma, a questão que norteou o estudo foi: Quais as contribuições do estágio para formação e atuação docente?

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma o Estágio Supervisionado nas modalidades Obrigatório e Não Obrigatório, contribui para formação e atuação docente. De forma mais específica, pretendeu-se distinguir as modalidades de Estágio Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório; discutir na perspectiva de diferentes autores qual o papel do estágio na formação inicial de professores e verificar a percepção dos acadêmicos de Pedagogia acerca das modalidades de Estágio Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório.

Sabendo que a sala de aula é o principal espaço de trabalho do pedagogo, o estágio é um momento que proporciona o acadêmico a vivenciar na prática a sua futura profissão. Pensando nisso, a escolha do tema deu-se a partir de observações e reflexões feitas durante o Estágio Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório. Portanto, julgou-se necessário pesquisar sobre

o tema, a fim de compreender com eficácia as contribuições das modalidades de estágio para a formação e atuação docente e, contribuir com uma pesquisa sobre o tema na qual foi previamente percebido ser pouco explorado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estágio Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório: obrigatoriedade e escolha

O que leva os acadêmicos de Pedagogia optarem por fazer o Estágio Não Obrigatório? O “optar” é justamente uma palavra que representa uma das diferenças entre o Estágio Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório. A Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008), também conhecida como a lei do estágio, apresenta uma breve definição das duas modalidades, na qual o Estágio Não Obrigatório é opcional, isto é, o estudante escolhe fazê-lo, enquanto o Obrigatório, por sua vez, faz parte do Projeto Pedagógico do Curso, o que significa que sua realização é uma exigência.

Paiva e Costa (2017, p. 117) consideram justamente a questão da escolha e da obrigatoriedade o aspecto diferenciador entre as modalidades de estágio. As autoras enfatizam que “o estágio não obrigatório se caracteriza por ser uma opção para o aluno [...] o estágio curricular, por ser obrigatório e supervisionado, como um componente da estrutura curricular dos cursos de licenciatura [...]”.

Porém, é preciso dizer que fazer o estágio, seja por escolha voluntária ou obrigatoriedade, deve ser compreendido como muito além de uma etapa na formação do futuro professor, é preciso reconhecer que a proximidade com o cotidiano escolar abre um leque de possibilidades e aprendizagens que contribuem para uma formação e atuação docente.

Outra diferença significativa entre as modalidades é a questão do tempo destinado para sua realização. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006) em seu Art. 7º, inciso II, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996 (LDB), Art. 65, preveem a carga horária para o Estágio Supervisionado Obrigatório de no mínimo 300 horas, priorizando como campos de atuação, as etapas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino

Fundamental. Em se tratando da modalidade Não Obrigatória, a lei do estágio determina que a jornada pode ser de até 40 horas semanais, não podendo exceder 2 anos na mesma instituição, exceto em caso de estagiário portador de deficiência (BRASIL, 2008). As duas modalidades de estágio podem ser realizadas em escolas públicas e privadas, porém, cada uma com suas especificidades, ambas, não criam “vínculo empregatício de qualquer natureza” (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, vale ressaltar que, mesmo que nenhuma das modalidades de estágio não possa criar “vínculo empregatício”, uma distinção entre elas é o fato do Estágio Não Obrigatório ser gratificado, por isso, essa modalidade por vezes é denominado estágio remunerado. Neste contexto, Tiscoski e Bittencourt (2017) salientam que o Estágio Não Obrigatório é uma forma de ingressar no mercado de trabalho, possibilitando ao acadêmico ao mesmo tempo desenvolver habilidades e competências dentro da sua formação.

Para cumprimento do Estágio Obrigatório, sabe-se da necessidade de o acadêmico lidar com uma vasta documentação para ingressar e comprovar a realização do estágio na instituição de ensino escolhida. Desta forma, Silva (2011), aponta alguns procedimentos iniciais para a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório, conforme a autora, primeiro deve-se escolher a instituição onde se quer realizar o estágio, segundo, entregar a carta de apresentação, terceiro, a solicitação do Termo de Concessão e por último, a realização do convênio e elaboração de Termo de Compromisso. Só após a assinatura desses documentos é que o estágio pode ser iniciado (SILVA, 2011). Vale ressaltar que todo este procedimento operacional inicial já deve ser acompanhado pelo professor supervisor das atividades de estágio.

Em se tratando do Estágio Não Obrigatório, o procedimento é mais simples, devendo o acadêmico apresentar a declaração que comprove sua matrícula e frequência na educação superior e assinar um termo de compromisso com a instituição de ensino concedente (BRASIL, 2008).

É comum, o Estágio Obrigatório, ser realizado apenas no final do curso, na qual, acredita-se que o acadêmico já possui um bom embasamento teórico, porém, para diversos autores, é um erro sujeitar essa experiência apenas no final do curso.

O Estágio Supervisionado, desenvolvido, em geral, apenas no final do curso é, muitas vezes, desvinculado das atividades praticadas pelos alunos nos semestres anteriores, o Estágio Supervisionado traz em si uma expectativa de apoteose, de gran finale, no qual todos os problemas e deficiências apresentados durante o curso tem uma última chance de ser, pelo menos, discutidos (KENSKI, 2012, p. 36).

Corroborando com Kenski (2012), Zabalza (2014, p. 101) defende que “[...] é um erro confundir estágio com prática profissional (ou pré-profissional)”. Para ambos os citados autores, as atividades práticas atribuídas no momento do estágio como componente curricular, devem ser vivenciadas pelos futuros pedagogos ao longo do curso. Assim, se faz afirmar que o Estágio Não Obrigatório mostra vantagens se comparado com o Obrigatório, considerando que o acadêmico de Pedagogia está sujeito, se assim desejar, a realizar o Estágio Não Obrigatório a partir do momento que se está matriculado no ensino superior.

O papel do estágio para a formação e atuação docente

Diversos autores discorrem sobre a função do estágio nos cursos de formação de Professores. Ghedin (2005, p. 33), por exemplo, diz que “o estágio tem sido concebido e desenvolvido como um momento de articular a teoria e a prática”. Silva e Urbanetz (2009, p. 11) dizem que o “estágio, enquanto elemento curricular obrigatório do curso de Pedagogia, é entendido como um conteúdo profissionalizante, o qual possibilita ao aluno desde o início do curso o contato com as diversas realidades de atuação do professor e do pedagogo”.

São vastas as experiências na qual o estágio proporciona, visto que, na modalidade Obrigatória o acadêmico será submetido à atuação em diferentes níveis e modalidades de ensino conforme as já citadas anteriormente, proporcionando uma ampla visão em especial dos espaços formais de educação enquanto o Estágio Não Obrigatório não tem essa exigência, sua dinâmica é diferente e isso se deve ao fato de que demanda específica de uma necessidade, porém, não há o que se discutir em relação a não proporcionar experiências, considerando que estará desenvolvendo ações relativas à sua futura profissão, desenvolvendo assim habilidades, paralelamente às teorias e

experiências vivenciadas enquanto acadêmico em sala de aula, o que por vezes pode acarretar numa identificação, isto é, o fato do estagiário passar pelos diferentes níveis, é possível que se identifique mais com um campo de atuação do que com outro.

O Estágio Obrigatório, segundo a Lei 11.788, em seu Art. 1º, § 2º, [...] “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008). Ou seja, o objetivo é oportunizar a contextualização daquilo que se aprende nas diferentes disciplinas do curso, vivências essas que apoiarão as futuras experiências profissionais.

[...] o Estágio tem como finalidade oferecer ao aluno a oportunidade de aprender com a prática do trabalho cotidiano e desenvolver experiências com vistas à complementação do seu aprendizado e o seu crescimento profissional e humano (SILVA, 2011, p. 12).

Seja qual for a modalidade de estágio, sempre será momento de rever concepções que se tem sobre aprender e ensinar. Por vezes os estagiários levam as situações para serem compartilhadas, analisadas e discutidas em sala de aula, ou seja, as interações pedagógicas as quais está envolvido no contexto educacional que participa enquanto estagiário. Pimenta e Lima (2006), apontam ser possível, por meio da análise crítica, tendo como base os saberes disciplinares, sugerir transformações necessárias na carreira docente. Assim, tanto a "teoria" aprendida em sala de aula deve ser refletida nas práticas de campo durante o estágio, quanto "às práticas" que são as experiências vivenciadas no campo de estágio, podem ser objeto de reflexões quando se estuda a prática.

De acordo com Silva (2011, p. 13), "os momentos vivenciados durante o estágio devem ser retomados em sala de aula" [...]. O diálogo é uma excelente ferramenta para, por meio de debates coletivos, ser possível chegar a superação de questões problemas as quais são percebidas durante o estágio, além de ser momento de se conhecer como profissional da educação, e desenvolver novas experiências.

Pimenta e Lima (2006) discutem sobre o estágio ser compreendido como atividade investigativa e não como momento de preencher fichas. Ou

seja, é no ato do estágio que o futuro professor terá uma óptica melhor da carreira docente, por isso, é preciso observar o comportamento atitudinal do professor em sala, refletir sobre metodologias e estratégias utilizadas diante das situações, pois, ainda de acordo com os citados autores, “o exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer ‘algo’ ou ‘ação’ (2006, p. 7). Nessa perspectiva, o estágio é propício também para aprender técnicas nas quais serão de grande valia na atuação docente do estagiário, uma vez que, é claro, necessitará de adaptações, pois cada escola e cada turma tem perfis próprios e realidades diferentes.

Piconez (2012, p. 15) diz que, “[...] uma teoria colocada no começo dos cursos e uma prática colocada no final deles sob a forma de Estágio Supervisionado constituem a maior evidência da dicotomia existente entre teoria e prática.” Hervatini e Carbello (2010) também se referem a dicotomia entre teoria e prática no curso de formação de professores, principalmente no Estágio Supervisionado Obrigatório, as autoras ainda dizem que é preciso buscar superá-la.

Enquanto componente curricular, o Estágio Obrigatório tem suas normas de estruturação definidas por cada instituição de ensino, cabendo, portanto, definir quando os acadêmicos deverão iniciar suas práticas de campo. Nesse caso, visando com que o Estágio Obrigatório não seja somente um apêndice, ou mais um componente curricular do curso, alerta-se para que sua oferta não aconteça de forma tardia, no final do curso, possibilitando ao educando uma maior proximidade com o campo escolar, seu futuro campo profissional, ou seja, antecipar as etapas do estágio para de alguma forma quebrar com a dicotomia que tanto Piconez (2012), quanto Hervatini (2010) referem-se. Sobre isso, Zabalza (2014, p. 101), comenta que “é um erro entender o estágio como momento final das carreiras quando os estudantes estão em condições de aplicar aquilo que foram aprendendo ao longo do curso”.

Nos momentos do estágio, o futuro professor deve ficar atento ao real do que acontece em sala de aula, visto que a partir do momento que se tem contato com esse universo o estagiário tem a oportunidade de refletir sobre o papel e a conduta e gestão do professor regente de forma crítica reflexiva, aprender questões de como lidar com conflitos gerados entre os alunos bem

como desenvolver habilidades referentes a rotinas de sala de aula, aquisição de novos conhecimentos, entre outras possibilidades de aprendizagem.

Se tratando do Estágio Não Obrigatório, Lavall e Barden (2013, p.7) afirmam que:

[...] é um elo entre a vida de estudante e o mercado de trabalho, sendo uma espécie de iniciação profissional. O contato com a vida organizacional permite que o estagiário perceba como será a sua futura realidade, identificando o que dele será esperado e como poderá contribuir para o desenvolvimento das organizações.

A vivência que o autor destaca, pode-se dizer que é uma oportunidade ímpar para o estudante, pois quando se refere ao elo, pode-se entender que haverá compartilhamento com a instituição dos conhecimentos teóricos de sala de aula, e por outro lado a experiência prática permitirá uma atuação profissional futura mais hábil, justificando portanto, a relevância da modalidade Não Obrigatória de Estágio.

Ghadin (2008, p. 15) diz que [...] “não há práticas em teoria e nem teorias em prática”. Implica dizer que o estágio tem como papel a capacitação mais aprofundada para docência, para isso, é impossível que se vá para a sala de aula sem um mínimo de base teórica. “No estágio não obrigatório, a acadêmica tem a possibilidade de observar todo contexto escolar enriquecendo sua relação com as crianças, os professores, coordenação e outras atribuições a serem realizadas que estão inseridas no termo de estágio” (TISCOSKI e BITTENCOURT, 2017, p.108).

Ao cursar Pedagogia, o acadêmico buscará a compreensão sobre o fenômeno educativo em suas diversas modalidades. Essa compreensão “acontecerá em todas as disciplinas, na qual, deverão se articular ao estágio” (SILVA e URBANETZ, 2009, p. 11).

Sobre a formação de Professores, as Diretrizes Curriculares Nacionais em seu parecer CNE/CP nº 9/2001, aprovado em 8 de maio de 2001, aponta que o estágio proporciona um momento ideal para uma visão crítica da teoria e da estrutura curricular do curso. Portanto, neste enfoque, o estágio deve ser compreendido pelo futuro professor como um momento muito além de obtenção de nota, em qualquer das modalidades aqui mencionadas, representa

um momento importante para o estagiário, tanto para sua formação enquanto educador como para sua formação cidadã.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa que, de acordo com Richardson (2012, p. 90) “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]”.

De natureza básica, a mesma classifica-se como exploratória quanto aos objetivos que, segundo Gil (2010, p. 27) “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa de campo caracterizada como estudo de caso. Este, que permite “preservar o caráter unitário do objeto estudado e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação [...]” (GIL, 2010, p. 38).

Os sujeitos da pesquisa foram egressos do curso de Pedagogia que já passaram por alguma etapa do Estágio Supervisionado Obrigatório e que também possuem a experiência do Estágio Não Obrigatório.

O instrumento da coleta de dados foi por meio de entrevista. Justifica-se a escolha do instrumento de pesquisa por julgar mais eficaz para levantamento de respostas. As entrevistas foram feitas no mês de setembro, somente nesta data foi possível o contato com as acadêmicas, pois estavam afastadas das atividades presenciais devido a pandemia.

Com os dados coletados, foram transcritos na íntegra preservando a veracidade das respostas e a identidade dos entrevistados. As respostas foram codificadas como entrevistada A, B, C, etc.

As perguntas referentes às entrevistas estão destacadas em negrito e as falas destacadas entre aspas. Os dados foram analisados com base em leituras estudadas acerca do tema, bem como com conhecimentos prévios e discussões com a professora orientadora.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Caracterização dos Entrevistados

Foram entrevistadas seis acadêmicas do curso de Pedagogia com idades entre 21 a 26 anos, todas atualmente cursando o 8º semestre. Para

entender um pouco sobre a percepção que acadêmicos do curso de Pedagogia têm acerca das modalidades de estágio e de que forma percebem suas contribuições para a formação do pedagogo preparou-se um questionário para entrevista com total de treze perguntas, destas, seis foram para levantar informações sobre perfil das mesmas.

As entrevistadas são aqui referenciadas como entrevistadas A, B, C, D, E e F. Vale ressaltar que todas possuem experiência em ambas modalidades de Estágio aqui discutidas, das seis acadêmicas, cinco continuam no Estágio Não Obrigatório.

Para entender sobre o conhecimento acerca das modalidades de estágios que possuem, questionou-se **quanto tempo de experiência de Estágio Não Obrigatório possuem.**

As entrevistadas A, B, e D responderam que possuem quase quatro anos de experiência, já as entrevistas C, e F disseram estar no terceiro ano de estágio, e a E completaria quatro anos, mas teve que interromper o estágio. Nota-se que quatro delas iniciaram ainda no primeiro semestre do curso e as outras no segundo ano do curso, ou seja, no terceiro semestre. Deste modo, as entrevistadas possuem uma vasta experiência do cotidiano escolar, devido terem optado por fazer Estágio Não Obrigatório ainda no início do curso.

Ainda sobre o Estágio Não Obrigatório, questionou-se em **quais etapas da Educação Básica possuem experiência.**

Vale ressaltar que Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais) compõem a Educação Básica, logo, faz parte do campo de atuação do Pedagogo.

Das seis entrevistadas, quatro delas responderam ter experiência nos dois níveis e duas apenas na Educação Infantil. As entrevistadas A, B, C e D foram as que relataram ter experiência tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, a E e F apenas na Educação Infantil.

Em se tratando das entrevistadas que estagiaram no Ensino Fundamental anos iniciais, significa dizer que em cada sala de aula que estagiaram, havia uma criança especial, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996 (LDB) garante que cada sala de aula com criança especial necessita de um auxiliar para dá apoio tanto a esse aluno quanto ao professor regente da turma. Desta forma, pode-se dizer que as

entrevistadas também têm uma certa experiência com crianças com necessidades especiais.

Buscou saber também **quais etapas do Estágio Obrigatório já foram concluídas.**

Com exceção da entrevistada D, as demais relataram ter concluído o estágio I, equivalente a Educação Infantil (creches ou pré-escola), e o Estágio II, referente ao Ensino Fundamental (anos iniciais), porém, devido a pandemia do Covid-19, tiveram que realizar o Estágio II de forma remota. Se tratando da entrevistada D, a mesma não fez o Estágio na Educação Infantil, mas fez o Estágio no Ensino Fundamental (anos iniciais) também de forma remota.

Nota-se que as entrevistadas possuem uma significativa experiência proporcionada pelas modalidades de estágio, uma vez que os autores mencionados neste trabalho discorrem sobre o quão considerável é para o discente fazer o estágio em qualquer das etapas e/ou modalidades, além de terem essa vantagem de estarem relacionando a teoria e prática que tanto os autores discutem, podem e devem ao longo destas oportunidades refletirem sobre todo o trabalho docente, do mais simples ao mais complexo ato vivenciado na sala de aula enquanto estagiário.

Distinção das modalidades de estágio sob a ótica das entrevistadas

Para saber a razão pela qual as entrevistadas buscaram fazer o Estágio Não Obrigatório, indagou-se sobre **o porquê da escolha dessa modalidade de Estágio.** A questão apresentava duas opções de resposta **(I - Possibilidade de experiência para o futuro mercado de trabalho e II - Possibilidade de remuneração).** Porém, deveriam justificar a resposta.

Apenas as entrevistadas A e C responderam ter escolhido a modalidade de Estágio só pela experiência, as demais disseram ter escolhido pelos dois motivos.

A entrevistada A disse ter intenção de “adquirir apenas experiência”, enquanto a C justificou dizendo que “é fundamental ter essa experiência de sala, não deixando só para o Estágio Obrigatório ou só quando se formar, porque se a gente tem antes, facilita muito, durante o Estágio Obrigatório”. Interessante quando a entrevistada C observa que o Estágio Não Obrigatório

ajuda de certa forma quando o acadêmico for para sala de aula fazer o Estágio Obrigatório, pois adquiriu certos conhecimentos e habilidades durante a modalidade Não Obrigatória.

A entrevistada B disse que escolheu fazer “pela remuneração e pela experiência, uniu o útil ao agradável”. À entrevistada D relatou que “embora o salário não seja tão alto assim, ainda dá pra ajudar a pagar a faculdade e sempre vai ser uma mão aliado a experiência, o contato com a escola, com os alunos, professores”. “Escolhi pelos dois motivos”, disse a entrevistada E, justificou, “primeiro que eu queria ter uma prática dessa vivência na escola, queria associar a teoria da faculdade com a prática da escola, e também pela remuneração, que não é essas grandes coisas, contudo, já ajuda, se você quer iniciar desde cedo na sua área de formação, é muito importante que faça o Estágio Não Obrigatório”.

A fala da entrevistada F, foi semelhante à da D e E, logo, possuem pensamento similares sobre o motivo a qual as levou optar a fazer o Estágio Não Obrigatório, inclusive, sobre a remuneração, disse que foi , “mais pela possibilidade de experiência, porque se for ver a remuneração não é muito, então você vai mais para você aprender, para ver como é dentro da sala de aula para que na hora que você se formar ser um ambiente que você conhece, já sabe mais ou menos como funciona”.

Sobre a oportunidade de unir trabalho com a área de conhecimento, os autores Tiscoski e Bittencourt (2017, p. 113) dizem que “o estágio não obrigatório abre portas para o crescimento profissional do acadêmico, acumulando experiências e práticas vivenciadas no seu cotidiano e que permite conciliar os estudos e trabalho”. É justamente isso que reflete a fala da maioria das entrevistadas, entende-se que buscaram nessa perspectiva, a oportunidade de conciliarem o trabalho com a futura profissão docente.

Após indagar sobre o Estágio Não Obrigatório, buscou-se saber das entrevistadas, **como entendem a modalidade de Estágio Supervisionado Obrigatório.**

Para melhor compreensão, foram dadas quatro possibilidades de respostas, as quais poderiam escolher uma ou mais, porém, deveriam justificar.

Opções de Resposta	Opções de Respostas das Entrevistadas
(I) Exigência acadêmica do curso;	Entrevistadas D e E,
(II) Possibilidade de ampliar o conhecimento do campo da formação;	Entrevistadas A, B, D, E e F
(III) Oportunidade de relacionar teoria e prática;	Entrevistadas A, B, C, D, E e F
(IV) Possibilidade de viver o cotidiano em uma instituição e refletir sobre as práticas pedagógicas futuras.	Entrevistadas B, C, D, E e F

Fonte: Questionário aplicado, 2020.

Observa-se que todas as entrevistadas escolheram a opção III, que trata sobre a “oportunidade de relacionar teoria e prática”. Em seguida, as opções II e IV tiveram cinco optantes cada. Chama a atenção a opção I que diz ser “exigência acadêmica do curso”, apenas duas das seis entrevistadas reconhecem o Estágio Obrigatório como uma exigência. Porém, independente se reconhecem ou não, é sim uma exigência do curso, como mencionado ao longo deste trabalho, o Estágio Obrigatório é componente curricular, a própria denominação deixa claro a sua obrigatoriedade.

Houve algumas justificativas relevantes, por exemplo, a entrevistada E disse que “se pudesse optar, optaria para que essa exigência fosse desde o primeiro semestre, deveria ser lá desde o começo, seria importante porque você já saberia se era aquilo que você queria”, completou, “na prática você aprende muito, expande sua teoria, a vivência do cotidiano é importante”. A respeito do que a entrevistada acima diz sobre “o estágio começar no início do curso”, vale ressaltar, que, como já mencionado neste trabalho, cada instituição de ensino é responsável por organizar a estrutura curricular da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório da forma que julgar melhor.

A entrevistada F disse que “no dia a dia você aprende muito mais do que na faculdade, muitas vezes você observa que o que o professor explica em sala, você como acadêmico é uma coisa, você vai para sala de aula e nota que é totalmente diferente, é bem mais amplo, dinâmico”. Relatou ainda que é possível refletir sobre as práticas futuras, uma vez que o que vivencia no momento de estágio, “pode imaginar como se fosse no futuro”, o que poderá mudar, o que vai agregar, porque em sala de aula você ver muita coisa, quando você convive com o professor da pra observar o tanto de experiência que ele carrega”, a entrevistada também citou sobre o professor regente, disse, “tem professor que te ajuda bastante, outros nem tanto, mas sempre vamos encontrar disso”.

Sobre a fala da entrevistada F, é uma constatação relevante, porém, não se deve perder de vista que a "teoria" é que serve de suporte para a prática. São coisas distintas, portanto, ambas devem coexistir. Se analisar, só foi possível que a mesma fizesse essa reflexão devido ter base teórica, caso contrário seria indiferente, não perceberia que a prática é mais “ampla” do que a teoria. Ainda sobre o relato da entrevistada F vai ao encontro do que os autores dizem quando afirmam que o acadêmico deve ir para o estágio preparado para refletir sobre as práticas pedagógicas, de modo a observar o contexto escolar, com olhar investigativo, disposto a aprender com a prática para desenvolver habilidades necessária para a docência. Em se tratando do papel do professor regente nesse período na qual o acadêmico se encontra em função de estagiário, deve este professor ter ciência da sua contribuição para a formação do acadêmico, sabendo que sua atuação estará sendo observada, o que implica dizer que o estagiário levará para sua futura profissão parte do aprendizado deste momento, isto é, o professor regente se torna num dado momento um espelho para o acadêmico, e esse reflexo poderá ser positivo ou negativo, dependerá muito da forma em recebe este acadêmico.

Tendo ciência da vasta experiência em ambas as modalidades de estágio que as entrevistadas possuem, questionou-se sobre se **conseguem estabelecer diferenças entre o Estágio Obrigatório e o Não Obrigatório.**

A entrevistada A disse que a diferença é “a questão do tempo, as tarefas também, a gente observa, depois tem coatuação, e o Não Obrigatório a gente tem que fazer tudo”. Entrevistada B disse, “sim, não precisa seguir um modelo

da faculdade, tem uma certa liberdade, conversando com a professora a gente consegue trabalhar junto para ajudar o aluno, as dificuldade dele, já no Obrigatório tem que seguir a risca o planejamento, tem que fazer relatório, aí a gente não tem liberdade, a regência pesa muito e no Não Obrigatório como a gente só auxilia, não pesa tanto, é mais libertador”.

Interessante quando a entrevistada A relata que “a regência pesa”, uma vez que o Estágio Obrigatório tem justamente a ideia de colocar o estagiário como protagonista para experimentar a condução de ensino, porém, supõe-se que esse pensamento pode ser consequência do não ter “liberdade” que ela também relata. Nem sempre as escolas recebem o estagiário como realmente deveriam receber, em muitos casos o estagiário não tem sequer a liberdade de fazer o planejamento, tendo apenas que “seguir a risca o planejamento” que o professor regente organizou, e isso de fato acaba se tornando uma situação constrangedora, uma vez que é bem mais complicado executar algo que o outro fez ao invés de pôr em prática o que você mesmo planejou. Com isso, o correto seria o estagiário fazer seu próprio planejamento, mas, claro, com o auxílio do professor regente.

A entrevistada C disse que o “Não Obrigatório você faz mesmo porque você gosta, porque quer experiência, o Obrigatório é um peso, você tem que fazer, porque se não fizer vai repetir”. Já a entrevistada D relatou que a diferença é que o “Obrigatório é porque faz parte do currículo de formação em pedagogia, o Não Obrigatório é uma opção que você pode está procurando para ganhar experiência e tem a remuneração também”.

Nota-se que as entrevistas B e C se referem ao Estágio Obrigatório com um certo sentimento de desprazer, quanto a isso, Zabalza (2014) diz que não é infrequente os estudantes se referirem a esta etapa do curso como o melhor momento.

A entrevistada E disse, “em primeira instância a obrigatoriedade já estabelece uma diferença entre as duas modalidades, o Estágio Não Obrigatório é uma escolha, contanto, o Obrigatório você tem que fazer, e eu acho, todavia, que o Não Obrigatório te dá muito mais possibilidade de relacionar com a prática, porque não tem limite de tempo, te dar mais conexão com a turma, uma possibilidade de parceria maior com a professora regente, te possibilita um conhecimento maior por conta do tempo que você pode ficar em

sala de aula, enquanto o Obrigatório você tem um tempo estabelecido para fazer todo um processo o Não Obrigatório você vai para sala de aula sem essa preocupação”.

Na fala da entrevistada F também foi apontado a questão do tempo como diferença, ela disse, “o Não Obrigatório você não tem todas as etapas para cumprir, você está dentro da sala de aula a dinâmica é diferente, já o obrigatório você precisa fazer isso e aquilo, ele chega ao fim, tem uma duração menor, porque o Estágio Não Obrigatório você pode ficar até dois anos na instituição, e também você aprende mais, tem mais contato com mais professores, com outros colegas de trabalho, você vai numa formação, vai nisso e naquilo, agrega mais pra você”.

De modo geral, os relatos acima demonstram uma riqueza de informações, principalmente em se tratando do Estágio Não Obrigatório, citaram diferenças com relação ao tempo, etapas, convivência, prazer ou desprazer, inclusive as palavras chave que já foram citadas neste trabalho quando se trata de diferenciar as modalidades, que é, de acordo com Paiva e Costa (2017), a escolha e obrigatoriedade. Desta forma, independente da modalidade, de acordo com os autores mencionados neste trabalho, esse momento deve ser aproveitado para análise crítica da futura carreira que pretende-se seguir, e não somente verificar aquisição de conhecimentos adquiridos nas aulas. Para Kulcsar (2012, p. 58) o “[...] estágio não pode ser considerado como uma tarefa burocrática a ser cumprida formalmente [...]”.

Percepção das entrevistadas acerca das modalidades de Estágio

Em contato com o ambiente escolar, o acadêmico pode perceber facilmente a relação teoria e prática, riqueza essa que deveria ser enxergada por todos os futuros professores. Bem como ter uma ótica dos desafios nas quais se encontrará na carreira docente. Por esse motivo, buscou saber das entrevistadas **a primeira impressão que tiveram da sala de aula quando iniciou o Estágio Não Obrigatório.**

A entrevistada A disse apenas ter entrado “em desespero”, mas não soube explicar, já a B disse que “foi tranquilo”, que começou no Ensino Fundamental com um aluno especial e não teve dificuldade. Enquanto a

entrevistada C relatou não ser o que imaginava, disse, “cheguei na sala e era somente para cuidar de um aluno especial, numa sala de terceiro ano do fundamental, e na educação infantil eu ficava rodando na sala, auxiliando todos os alunos”.

Diferente dos relatos anteriores, a entrevistada D demonstra mais bem-aventurada, relatou, “eu estava realizada, me senti em casa, foi em uma escola municipal, conhecida, professores que foram meus professores passaram a ser meus colegas, então eu fiquei muito feliz”.

Já a entrevistada E, declarou, “a princípio eu me assustei com a sala de aula, não pelo fato de não ter gostado, mas pelo fato de ser o primeiro impacto, muita bagunça, muita falação, uma turma com alunos de três anos de idade de uma escola pública, muita correria, uma rotina muito, digamos, pesada, as três primeiras semanas do estágio remunerado eu sobrecarreguei um pouco, porque era uma rotina pesada, ai aos poucos fui me acostumando e foi ficando mais leve, mas o primeiro impacto foi esse, uma rotina que cansa mentalmente e fisicamente”.

A entrevistada F confessou ter sido “uma sensação estranha, porque era um ambiente que não estava acostumada”, completou dizendo que “ia ter que se acostumar, com as crianças e com o professor”, disse ter sentido “insegurança”.

A rotina de sala de aula não é simples, lidar com as diferenças, com o novo, com crianças ativas, ter que saber lidar com diversas situações decorrentes em sala, enfim, ninguém disse ser uma tarefa fácil. Arrisca-se dizer que todos os dias há um novo desafio, porém, com experiência acumulada dessa vivência, supõe-se que ajuda a se tornar agente da prática de ensino-aprendizagem, munido de reflexões que serão relevantes na carreira docente, e, com base na declaração da entrevistada D, dá para sentir a sensação de “estar realizada” já no estágio.

Em seguida, foi perguntado **se encontraram dificuldades durante as modalidades de estágio.**

Antes de relatar as respostas, adianta-se que todas as entrevistadas estavam fazendo a etapa do Estágio II, isto é, no Ensino Fundamental (anos iniciais) quando ocorreu a paralisação geral das atividades devido a pandemia

do Covid-19. Desta forma, todas concluíram suas atividades de Estágio II de forma remota.

A entrevistada A disse sentir dificuldade até hoje, justificou, “porque parece que a escola não leva a gente a sério, parece que estamos ali só para levar a criança ao banheiro, carregar livro”. Se referindo ao Obrigatório, disse que a dificuldade foi o “relacionamento com a professora, pois ela não era muito aberta a novas situações”.

Assim como a entrevistada A, a F também relatou a questão da professora regente como a dificuldade, na modalidade Não Obrigatório disse que “tem professor que nem mostra seu planejamento, ajudaria muito se mostrasse pra gente saber o que fazer”. Já nas atividades de Estágio Obrigatório I disse que, “em nenhum momento a professora me apresentou para as crianças, elas que vieram me conhecer, só foi me apresentar no dia em que fui me despedir das crianças”.

A entrevistada C declarou que no estágio não obrigatório “não estava preparada para trabalhar com aluno especial”. Enquanto na modalidade obrigatória, disse, “no primeiro estágio eu não tive liberdade, e alguns impedimentos porque quando eu tentava fazer alguma coisa eu era barrada, então nunca poderia fazer o que eu queria, e o plano de aula não é a gente que faz, já pega pronto e aplica, então não seria uma regência”. Ainda sobre a primeira etapa do estágio, disse a entrevistada C, “a questão dos professores pesam muito, eles sabem que estamos avaliando, ele sabe que tem um relatório, sabe que a gente vai avaliar ele, a postura em sala, e querendo ou não a gente nota esse receio, vai querer mostrar que a sala é ótima, querer passar que é a melhor turma do mundo, porque se a turma falhar, sabe que ele está falhando também”. Sobre o relatório que a entrevistada C comenta, ao final de cada etapa o acadêmico deve escrever um relatório como conclusão de cada etapa de estágio na qual deve ser abordado pontos solicitados pela Instituição de Ensino em que o acadêmico estuda, tendo como objetivo uma "reflexão analítica" da experiência vivida.

As entrevistas B, D e E relataram não ter tido nenhuma dificuldade no Estágio Não Obrigatório. Já no Estágio Obrigatório, a entrevistada B disse que a dificuldade foi a “não identificação com a etapa da Educação Infantil, continuou, “não gostei do método, da faixa etária”, referindo-se sobre o Estágio

I na Educação Infantil, tratando-se do Estágio II, no Ensino Fundamental anos iniciais, relatou que a dificuldade “foi com algumas atividades, pois foi de forma remota”.

Nota-se que os depoimentos mostram uma dificuldade em comum, a comunicação com o professor regente da turma. Em algum momento os professores já estiveram do outro lado, no papel de estagiários, sabem bem que serem solícitos e comprometidos com a formação do estagiário é o mínimo que podem fazer. Contribuir de forma significativa para a formação de novos educadores é de modo geral contribuir para uma educação de qualidade para a sociedade.

Assim como a entrevistada B, as entrevistadas C, D e E também relataram ter encontrado dificuldade no Estágio II, devido ter sido de forma remota. Além disso, as entrevistadas D e E relataram que tiveram dificuldade também com a documentação, completou a entrevistada E, “é de difícil preenchimento”.

Tratando-se do Estágio Não Obrigatório, a entrevistada E declarou não ter encontrado dificuldade, completou, “passei por professores que demonstravam uma parceria muito grande comigo, onde eu não estava lá só pra ser uma ajudante, uma faz tudo, teve professoras que me tratavam como professora mesmo, me ensinavam a prática do que sei hoje. Apesar da entrevistada E declarar não ter encontrado dificuldade na modalidade Não Obrigatória, ela faz um apontamento interessante do que julga acreditar ser uma dificuldade, ela diz, “acredito que a falta de comunicação seja uma dificuldade, se não tiver comunicação entre a professora regente com a estagiária, é muito difícil de comandar a sala, de fazer os alunos entenderem que a professora estagiária também faz parte dessa rotina”. Os professores que recebem estagiários deveriam ter a compreensão de que é um momento de troca de saberes, uma vez que o estagiário pode trazer teorias estudadas para refletir junto com o professor as situações que estão sendo vivenciadas em sua sala de aula.

Questionou-se os entrevistados sobre **quais das etapas de ensino mais se identificaram considerando as experiências de Estágio Supervisionado Obrigatório.**

As entrevistadas A, C, E e F relataram ter preferência pela Educação Infantil. A entrevistada C justificou dizendo que prefere Educação Infantil porque “é o início de tudo, você está no colégio e tem criança que mal sabe escrever, e é nítido, você acompanha a evolução de uma criança, diferente do fundamental”. A entrevistada E justificou, “prefiro, por me identificar com o processo de alfabetização, me agrada saber que nessa fase as crianças associam o abstrato ao concreto com mais facilidade, mesmo não tendo tido a experiência com Fundamental, contudo, eu tenho vontade”. Entrevistada F disse, “gosto da Educação Infantil, eu nem tive contato com o Fundamental, porque ia ter a oportunidade no Estágio Obrigatório, mas foi de forma remota e não tive contato com os alunos”.

Somente as entrevistadas B e D alegaram ter preferência pelo Ensino Fundamental anos iniciais. A entrevistada B disse, “acho que me identifiquei porque não precisa tanto do cuidado, na educação infantil tem a aprendizagem mas tem muito do cuidado, já no fundamental é mais a parte da educação mesmo, parecem que são mais fáceis de se lidar, de conversa”, declarou, “quando iniciei na Pedagogia eu queria creche, mas quando iniciei o Estágio Não Obrigatório eu estranhei, comecei no fundamental e pensei que eu não fosse gostar, as minhas expectativas foram altas, acabei me enganando porque gostei”. A entrevistada D disse ter gostado “mais do Ensino Fundamental anos iniciais”.

Desta forma, quatro das entrevistadas disseram ter identificação com a Educação Infantil, e duas pelo Ensino Fundamental. Essa percepção foi possível porque passaram pelas diferentes etapas de Ensino dentro das modalidades de estágio. O mesmo proporciona de fato a sensação de identificação, é facilmente possível que o estagiário se veja no futuro trabalhando na etapa na qual mais se identificou enquanto estagiário.

Por fim, questionou **sobre quais formas o Estágio Não Obrigatório contribui na formação docente.**

À entrevistada A, relatou que “contribui em vários aspectos, porque agora já sei lidar, tenho aprendido com as professoras, sei como dá segmento a aula, questão de rotina, porque eu não sabia antes”. A entrevistada B disse, “ah, aprendi mais com estágio do que com a teoria, quando estagiei no fundamental com um aluno especial, tive a sensação de estar no caminho

certo”. “Experiência, algumas habilidades, se você não faz o estágio, você não tem essas habilidades, para se tornar competente, você precisa desse processo”, disse a entrevistada C. A entrevistada D disse que contribui com a construção de “experiência, acompanhar os professores, ter uma referência, saber sobre a organização de uma escola e também quando iniciei eu tive a confirmação que escolhi o curso certo”.

A entrevistada E foi extensa em sua fala, disse, “acredito que muito tem contribuído, principalmente sobre a parceria da professora regente com a professora estagiária, acho que é a parte mais importante do Estágio, se não houver essa parceria não há como aprender muito, o legal de ter uma professora regente que te ensina as coisas, que te guia, que te média, é importante porque você vai aprendendo o que ela sabe, vai associando as coisas da rotina escolar, vai fazendo todo esse raciocínio prático para possíveis melhoramento, essa é a parte que mais considero importante, a parceria das professoras em sala de aula, o contato com a coordenação, a rotina escolar também contribui, primeiramente porque eu pude associar os meus conhecimentos teóricos com o que estava vivendo na prática”.

Entrevistada F disse que contribui “para ver como é a dinâmica da sala de aula, como funciona, para juntar a teoria com a prática, porque a teoria é uma coisa, a prática é totalmente diferente, quando comecei a fazer o Estágio Não Obrigatório percebi que ia achar muitas pedras não cominho, mas eu não vou desistir”.

Observa-se que as entrevistadas A, C e F citam aspectos relacionados aos professores regentes. Sobre isso, Pimenta e Lima (2006) dizem que muitas vezes os estagiários aprendem observando o trabalho do professor, imitando, mas também elaborando seu próprio modelo a partir da análise crítica das situações nas quais vivenciam dentro da rotina escolar.

É importante que os educadores tenham ciência do papel importante que possuem na formação destes futuros docentes, podendo deixar marcas negativas ou positivas na trilha do acadêmico, sendo, portanto, de certa forma, modelos para esses acadêmicos que buscaram essa experiência, pois acompanham de perto todo o trabalho do professor.

De maneira geral, as entrevistadas citaram aspectos nas quais essa modalidade de estágio de fato contribui para a formação do futuro professor. O

acadêmico que opta por fazer o estágio tem de fato grandes chances de se tornar um professor que ao assumir uma sala de aula não ficará tão perdido, pois de certa forma, nem tudo no ambiente de sala de aula será novo para ele, por mais que a realidade e perfil da turma será sempre diferente, toda experiência que adquiriu enquanto estagiário contribuirá para fazer deste caminho mais flexível, pois desenvolveu algumas experiências úteis para sua carreira docente, o que refletirá logo de início.

Os autores Tiscoski e Bittencourt (2017, p. 119) dizem que “o estágio não obrigatório possibilita um contato maior com a vida escolar abrindo espaço para reflexões através das atitudes do professor da sala”. O acadêmico que escolhe fazer o Estágio Não Obrigatório tem uma possibilidade maior de associar tanto a relação teoria e prática quanto desenvolver experiência úteis que auxiliam no desenvolvimento de aprendizagens dentro da profissão que irá seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que as modalidades de estágio possuem especificidades. O Estágio Não Obrigatório proporciona um contato maior com o espaço escolar devido o tempo que é possível que o estagiário fique na instituição, e isso, de acordo com os autores mencionados neste trabalho, bem como foi possível perceber a confirmação na fala das entrevistadas, leva a acreditar que a modalidade de Estágio Não Obrigatório tem uma certa vantagem em relação ao Estágio Obrigatório.

Porém, o Estágio Obrigatório tem exigências necessárias para atuação pedagógica na qual não se tem no Estágio Não Obrigatório, por exemplo, a elaboração do planejamento para as aulas de regência, além de um relatório na qual o acadêmico deve escrever ao concluir cada etapa do estágio. Considerando que a escrita do relatório se torna momento propício à expressão reflexiva de uma forma geral sobre o que presenciou durante o estágio, uma vez que deve ser apontado tanto pontos positivos quanto negativos, com intuito de levar o acadêmico a refletir sobre as práticas pedagógicas e sua atuação em sala de aula, inclusive, avaliando-se.

As respostas obtidas com as entrevistas demonstram que as acadêmicas têm ciência das distinções entre as modalidades de estágio, apontaram as principais diferenças entre as modalidades, por exemplo, a questão do tempo que leva cada uma das modalidades; obrigatoriedade e escolha; etapas e modelo que devem ser seguidos na realização do Estágio Obrigatório; o fato do Estágio Obrigatório fazer parte do currículo do curso; o Estágio Não Obrigatório é remunerado, entre outras.

Analisando a percepção das acadêmicas em se tratando das duas modalidades de estágio, ficou evidente a preferência pelo Estágio Não Obrigatório, de modo que não demonstraram terem optado fazer apenas pela remuneração, mas sim pela busca de experiência aliando a teoria obtida enquanto acadêmicas com a prática nas instituições que operam como estagiárias, prova disso é que das seis acadêmicas, cinco continuam fazendo o Estágio Não Obrigatório. Porém, apesar da preferência pelo Estágio Não Obrigatório, reconhecem a importância do Estágio Obrigatório, ainda que duas das entrevistadas tenham relatado que esta modalidade é um peso comparado ao Não Obrigatório.

Nota-se que as acadêmicas possuem uma vasta experiência que com certeza contribuiu muito ao longo do curso e continua contribuindo para refletir sobre a teoria estudada com base nas experiências que já adquiriram e que continuam vivenciando no ambiente escolar, pois durante todo esse tempo conviveram com os diferentes profissionais que atuam na escola, levando-as a analisar e refletir sobre as atitudes do professor regente frente às diversas situações, tanto em se tratando de questões metodológicas, rotinas e até mesmo em resoluções de problemas, pois dentro de sala de aula se encontram crianças com comportamentos diferentes e uma vasta diversidade cultural e social.

Diante disso, o Estágio tanto Supervisionado Obrigatório quanto o Não Obrigatório contribuiu de forma considerável para a formação e atuação docente, indo muito além de refletir sobre teoria e prática. Como discutido ao longo deste trabalho com os diferentes autores e os resultados das entrevistas, em ambas as modalidades o acadêmico deve ir preparado para ter um olhar analítico crítico das situações na qual vivenciará ao longo deste processo,

refletindo sobre as práticas pedagógicas com atitude investigativa. Perceberão que a docência é bem mais complexa do que se imagina.

Desta forma, conclui-se que a modalidade de Estágio Obrigatório tem como desígnio proporcionar ao acadêmico uma aproximação real da futura profissão, levando-os a refletir que apesar da teoria fazer todo sentido, pois dar-se a partir de estudos, pô-la em prática não é tão simples. O Estágio Não Obrigatório não tem necessariamente essa intenção, pois é opcional para o acadêmico e demanda uma necessidade específica, porém, ainda que de forma não intencional, proporciona uma experiência ainda mais rica e detalhada devido o contato ser mais duradouro com o contexto educacional. Com tudo, a modalidade de Estágio Não Obrigatório se torna um diferencial na formação do Pedagogo.

Portanto, durante o exercício de ambas as modalidades, o estagiário, que se dedicar, desenvolverá habilidades e competências necessárias para a carreira docente, pois, não será tudo totalmente desconhecido quando assumir a regência de uma turma, a familiaridade com o ambiente auxiliará no seu trabalho possibilitando uma rápida adaptação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho. Lei 11. 788 de 25 de Set. de 2008.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Brasília-DF, Set. 2008. Acesso em: Abr de 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.** Brasília:MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: Abr de 2020.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.PARECER N.º: CNE/CP 009/2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: Abr de 2020.

_____. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia. Resolução CNE/CP 1/2006.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: Abr de 2020.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias

=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: Abr de 2020.

GHADIN, Evandro; ALMEIDA, Maria Isabel de; LEITE, Yashie Ussami Ferrari. **Formação de Professores. Caminhos e Descaminhos da Prática.** Brasília: Líder Livro Editora, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

HERVATINI, Luciana; CARBELLO, Sandra Regina Casso. **A Pesquisa como Referencial Teórico-Metodológico no Estágio Supervisionado do Curso de Formação Docentes.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2197-6.pdf>. Acesso em: Mar de 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **A vivência escolar dos estagiários e a prática de pesquisa em estágios supervisionados.** In. PICONEZ, Stela (coord) **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado.** 24ª ed. Campinas, SP.: Papirus, 2012.

LAVALL, Jaqueline; BARDEN, Júlia Elisabete. **Estágio não obrigatório: contribuição para a formação acadêmica e profissional do estudante da univates.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p47>. Acesso em: Abr de 2020.

PAIVA, Maria Cristina Leandro de; COSTA, Leide Dayana Pereira de Freitas. **O estágio não obrigatório no contexto da formação inicial do pedagogo.** Disponível em: <file:///C:/Users/MULTILASER%20WIN10/Desktop/PAIVA%20E%20COSTA.pdf>. Acesso em: Abr de 2020.

PICONEZ, Stela C.B; (Coord). **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado.** 24ª ed. Campinas, SP.: Papirus, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções.** Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542/7012>. Acesso em: Set de 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Mônica Caetano Vieira da; URBANETZ, Sandra Terezinha. **O Estágio no Curso de Pedagogia.** Curitiba: Ibpex, 2009.

SILVA, Nilson Robson Guedes. **Estágio Supervisionado em pedagogia.** Campinas, SP.: Editora Alínea, 2011.

TISCOSKI, Isabela Gomes; BITTENCOURT, Ricardo Luiz de. **Contribuições do estágio não obrigatório para a formação inicial do professor.** Revista:

Saberes pedagógicos. v. 1, nº1, 2017, p. 105. Disponível em:
<http://periodicos.unesc.net/pedag/article/view/3189> . Acesso em: Maio de 2020

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária.** São Paulo: Cortez, 2014.